votação destina-se a determinar o opositor a colocar em primeiro lugar. No caso de um opositor obter mais de metade dos votos dos membros do júri presentes na reunião, fica desde logo colocado em primeiro lugar. Caso tal não se verifique, repete-se a votação depois de retirado o opositor menos votado na primeira votação. Se houver empate entre dois, ou mais, opositores na posição de menos votado, procede-se a uma votação sobre eles para desempatar, e se ainda assim o empate persistir, o presidente do júri decide qual o opositor a retirar. O processo repetir-se-á até que um opositor obtenha maioria absoluta para ficar classificado em primeiro lugar. Repete-se o mesmo processo para obter o opositor classificado em segundo lugar, e assim sucessivamente até que se obtenha uma lista ordenada de todos os opositores.

Sempre que se verifique igualdade de número de votos em todos os opositores a votação, o presidente do júri tem voto de qualidade nos termos do artigo 12.º do Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação do Pessoal Docente de Carreira do ISCTE-IUL.

4 — Audições Públicas

O júri delibera sobre a necessidade de proceder à realização de audições públicas dos candidatos admitidos, as quais, a realizarem-se, obedecem ao preceituado nos artigos 8.º, n.º 2 e 20 do Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação do Pessoal Docente de Carreira do ISCTE-IUL.

VII. Constituição do Júri

O júri é presidido pelo Doutor Fernando Luís Lopes Machado, Vice-Reitor do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e constituído pelos seguintes professores, que no entendimento do Conselho Científico do ISCTE-IUL, pertencem à área disciplinar para que é aberto o concurso.

Vogais:

Doutor José Legatheaux Martins, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Miguel Pupo Correia, Professor Associado do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa;

Doutor Paulo Jorge Pires Ferreira, Professor Associado do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa;

Doutor Nuno Manuel de Carvalho Ferreira Guimarães, Professor Catedrático do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa;

Doutor Francisco António Bucho Cercas, Professor Catedrático do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa.

VIII. Das listas de candidatos admitidos e excluídos bem como das listas de classificação final e ordenação dos candidatos será dado conhecimento aos interessados mediante afixação na vitrina da Unidade de Recursos Humanos do ISCTE-IUL e notificação através de endereço eletrónico.

O processo de concurso poderá ser consultado pelos candidatos na Unidade de Recursos Humanos, nos termos indicados na notificação referida no ponto anterior.

IX. Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

05 de fevereiro de 2015. — O Reitor, *Luís Antero Reto*.

208421808

Regulamento n.º 83/2015

Considerando a necessidade de ajustamento do atual Regulamento Orgânico do ISCTE-IUL, traduzida na adequação dos artigos à realidade funcional e institucional;

Considerando que a presente alteração ao Regulamento pretende prosseguir com a modernização da instituição, capacitando-a para a melhoria contínua dos serviços e produtos por ela prestados, garantindo um modelo de gestão estratégico e operacional através da sistematização de processos e procedimentos, na aplicação de novas tecnologias de informação e comunicação e na utilização de ferramentas da qualidade em benefício da organização e do utente.

Considerando que foi ouvido o Conselho de Gestão e cumprida a matéria estatuída no artigo 110.º n.º 3 do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro);

No uso da competência que me é consagrada na alínea *c*), do n.º 1, do artigo 30.º, dos Estatutos do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (Despacho normativo n.º 11/2011, de 14/04, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 124, de 30 de junho) aprovo as alterações e a respetiva publicação do Regulamento dos Serviços do ISCTE-IUL.

22 de janeiro de 2015. — O Reitor, *Luís Antero Reto*.

Regulamento dos Serviços do ISCTE-IUL

CAPÍTULO I

Natureza e âmbito de aplicação

Artigo 1.º

Natureza e âmbito de aplicação

1 — O presente regulamento define a organização interna dos serviços do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, adiante designado por ISCTE-IUL, respetivos dirigentes, atribuições e competências.

2 — A concretização e desenvolvimento das normas do presente Regulamento em relação a cada serviço constam de despacho reitoral.

3 — Os Serviços de Ação Social são objeto de regulamento orgânico próprio.

CAPÍTULO II

Dirigentes Superiores

Artigo 2.º

Administrador

1 — O ISCTE-IUL tem um Administrador, livremente contratado pelo Reitor, o qual exerce as suas atribuições e competências nos domínios da gestão e administração das atividades e dos serviços que lhe estão adstritos, sob a direção do Reitor e do Conselho de Gestão.

2 — Compete ao Administrador exercer as seguintes competências:

a) Participar na definição da política de gestão do Instituto e coadjuvar, de forma geral, o Reitor;

b) Dirigir as atividades e assegurar o funcionamento dos serviços do ISCTE-IUL que lhe estão adstritos;

c) Coordenar a ação dos responsáveis dos serviços, que de si dependam, de forma a garantir a uniformidade de procedimentos e a articulação entre a administração e os serviços;

d) Dirigir, no âmbito das respetivas competências, o pessoal não docente adstrito aos serviços que de si dependem e afetá-lo aos diferentes serviços em articulação com o respetivo responsável;

e) Informar e submeter a despacho do Reitor os assuntos relativos aos serviços por si geridos;

f) Formular propostas conducentes a uma melhor organização das atividades dos serviços do ISCTE-IUL;

g) Zelar pela execução das deliberações do Conselho de Gestão.

3 — O Administrador exerce ainda as competências que lhe forem delegadas.

Artigo 3.º

Diretor-Coordenador

1 — O ISCTE-IUL tem um Diretor-Coordenador, livremente contratado pelo Reitor, o qual exerce as suas atribuições e competências nos domínios da gestão e administração das atividades e dos serviços que lhe estão adstritos, sob a direção do Reitor e do Conselho de Gestão.

2 — Compete ao Diretor -Coordenador exercer as seguintes competências:

a) Dirigir as atividades e assegurar o funcionamento da Tecnoestrutura Central e do Gabinete de Apoio aos Órgãos Universitários;

b) Coordenar a ação dos responsáveis da Tecnoestrutura Central e do Gabinete de Apoio aos Órgãos Universitários;

c) Dirigir, no âmbito das respetivas competências, o pessoal não docente adstrito aos serviços que de si dependem e afetá-lo aos diferentes serviços em articulação com o respetivo responsável;

d) Informar e submeter a despacho do Reitor os assuntos relativos aos serviços por si geridos;

e) Formular propostas conducentes a uma melhor organização das atividades da Tecnoestrutura Central e do Gabinete de Apoio aos Órgãos Universitários.

3 — O Diretor-Coordenador exerce ainda as competências que lhe forem delegadas.

CAPÍTULO III

Organização interna

Artigo 4.º

Tipo de Organização interna

1 — A organização interna do ISCTE-IUL obedece a um modelo de estrutura hierarquizada nos seguintes moldes:

- a) Serviços da Reitoria;
- b) Tecnoestrutura Central;
- c) Serviços Centrais.

2 — A Tecnoestrutura Central é constituída por estruturas orgânicas nucleares designadas Gabinetes.

3 — Os Serviços Centrais são constituídos por estruturas orgânicas nucleares designadas Serviços os quais se organizam em Unidades e ou Áreas.

4 — Poderão igualmente existir Áreas, correspondentes a agregações especializadas de funções, integradas em Gabinetes.

5 — As Áreas podem ser criadas por despacho do Reitor, tendo em vista uma resposta flexível e articulada às exigências e à prossecução de objetivos comuns.

6 — Pode ser adotada uma estrutura matricial sempre que as atividades ou os objetivos propostos se desenvolvam essencialmente por projetos, devendo agrupar-se por centros de competências ou de produtos.

7 — No âmbito da estrutura matricial podem ser criadas, por despacho do Reitor, unidades flexíveis, equipas de missão ou grupos de trabalho, não inseridos em serviços, e que correspondem a necessidades não permanentes da instituição ou a novas áreas funcionais ainda em desenvolvimento e aos quais compete executar as atividades que se revelem necessárias à realização dos objetivos que lhe tiverem sido atribuídos pelo Reitor.

8 — As unidades flexíveis, equipas de missão ou grupos de trabalho podem ser coordenadas por um responsável livremente contratado pelo Reitor, nos termos do disposto no Regulamento para os cargos de direção intermédia do ISCTE-IUL, em condições a definir por despacho reitoral.

CAPÍTULO IV

Serviços da Reitoria

Artigo 5.º

Serviços da Reitoria

São Serviços da Reitoria:

- a) O Gabinete de Apoio aos Órgãos Universitários;
- b) A Assessoria.

Artigo 6.º

Gabinete de Apoio aos Órgãos Universitários

1 — O Gabinete de Apoio aos Órgãos Universitários exerce funções de apoio à atividade dos seguintes órgãos: conselho de curadores, conselho geral, conselho de gestão, reitor, conselho científico, conselho pedagógico, senado, conselho universitário, provedor do estudante, conselho coordenador de avaliação de desempenho docente e comissão de ética.

2 — O Gabinete de Apoio aos Órgãos Universitários integra a Área de Expediente e Arquivo.

Artigo 7.º

Assessoria

A Assessoria tem como atribuição o estudo e tratamento dos assuntos que, pela sua natureza, lhe sejam submetidos e integra a Assessoria Jurídica e a Assessoria Técnica.

CAPÍTULO V

Tecnoestrutura Central

Artigo 8.º

Serviços da Tecnoestrutura Central

São serviços da Tecnoestrutura Central:

- a) O Gabinete de Apoio à Investigação;
- b) O Gabinete de Estudos, Avaliação, Planeamento e Qualidade;

- c) O Gabinete de Relações Internacionais;
- d) O Gabinete de Comunicação e Multimédia;
- e) O Gabinete de Desenvolvimento de Sistemas de Informação;
- f) O Gabinete de Career Services e Alumni.

Artigo 9.º

Gabinete de Apoio à Investigação

O Gabinete de Apoio à Investigação exerce as suas competências no domínio da promoção da investigação científica no ISCTE-IUL bem como da sua qualidade e internacionalização.

Artigo 10.º

Gabinete de Estudos, Avaliação, Planeamento e Qualidade

O Gabinete de Estudos, Avaliação, Planeamento e Qualidade exerce as suas competências no domínio do sistema de avaliação e garantia da qualidade do ensino, planeamento e monitorização das atividades do ISCTE-IUL bem como na realização de estudos que contribuam para a promoção da qualidade dos serviços prestados pelo ISCTE-IUL.

Artigo 11.º

Gabinete de Relações Internacionais

O Gabinete de Relações Internacionais exerce as suas competências no domínio da dinamização das relações internacionais do ISCTE-IUL no apoio à mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e pessoal não docente.

Artigo 12.º

Gabinete de Comunicação e Multimédia

O Gabinete de Comunicação e Multimédia tem por missão estabelecer a ligação entre a universidade e os seus principais grupos de *stakeholders*, garantindo alinhamento estratégico entre a missão e a visão da instituição e a comunicação do ISCTE-IUL assegurando a produção de conteúdos multimédia e promovendo a imagem interna e externa do ISCTE-IUL.

Artigo 13.º

Gabinete de Desenvolvimento de Sistemas de Informação

O Gabinete de Desenvolvimento de Sistemas de Informação exerce as suas competências no domínio da conceção, desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação do ISCTE-IUL bem como da integração dos mesmos, promovendo o aumento contínuo da qualidade da gestão do ensino e investigação no ISCTE-IUL.

Artigo 14.º

Gabinete de Career Services e Alumni

O Gabinete de Career Services e *Alumni* exerce as suas competências na área do desenvolvimento da empregabilidade dos estudantes do ISCTE-IUL bem como na manutenção de uma relação ativa entre o ISCTE-IUL e os seus *alumni* ao longo de todo o ciclo de vida.

CAPÍTULO VI

Serviços Centrais

Artigo 15.º

Dos Serviços

São Serviços Centrais:

- a) Os Serviços Financeiros, Patrimoniais e de Recursos Humanos;
- b) Os Serviços de Gestão do Ensino;
- c) Os Serviços de Infraestruturas Informáticas e de Comunicações;
- d) Os Serviços de Informação e Documentação.

Artigo 16.º

Serviços Financeiros, Patrimoniais e de Recursos Humanos

1 — Aos Serviços Financeiros, Patrimoniais e de Recursos Humanos compete assegurar a gestão dos recursos financeiros, físicos e humanos do ISCTE-IUL, em respeito pelas normas legais e procedimentais vigentes.

2 — Os Serviços Financeiros, Patrimoniais e de Recursos Humanos compreendem a Unidade Financeira, a Unidade Patrimonial e de Compras, a Unidade de Edifícios e Recursos e a Unidade de Recursos Humanos.

Artigo 17.º

Unidade Financeira

1 — A Unidade Financeira exerce as suas competências no domínio da gestão financeira, orçamental e de controlo interno.

2 — A Unidade Financeira integra a Tesouraria.

Artigo 18.º

Unidade Patrimonial e de Compras

A Unidade Patrimonial e de Compras exerce as suas competências no domínio dos processos administrativos de aquisições de empreitadas, bens e serviços necessários ao funcionamento do ISCTE-IUL, da gestão dos respetivos contratos bem como da gestão de espaços arrendados e do imobilizado móvel.

Artigo 19.º

Unidade de Edifícios e Recursos

1 — A Unidade de Edifícios e Recursos exerce as suas competências no domínio da gestão e manutenção do património edificado e infraestruturas do campus do ISCTE-IUL, da gestão de ocupação dos espaços, da gestão dos contratos de cedência ou aluguer de espaços para eventos e da gestão dos serviços de apoio geral.

2 — A Unidade de Edifícios e Recursos integra a Área de Apoio Logístico.

Artigo 20.º

Unidade de Recursos Humanos

A Unidade de Recursos Humanos exerce as suas competências no domínio da implementação das políticas de gestão de pessoal docente e não docente, promovendo a satisfação e valorização profissionais dos colaboradores do ISCTE-IUL.

Artigo 21.º

Serviços de Gestão do Ensino

1 — Os Serviços de Gestão do Ensino exercem as suas atribuições nos domínios da organização e implementação dos planos de estudos, competindo-lhes garantir o normal funcionamento das atividades referentes à concessão de graus académicos, à organização e gestão dos processos dos alunos e à prestação de informação e apoio aos candidatos ao ensino superior, bem como assegurar todo o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento eficiente e eficaz das Escolas e dos Departamentos.

2 — Os Serviços de Gestão do Ensino compreendem:

- a) As Unidades de 1.º Ciclo e 2.º Ciclo;
- b) A Área de Gestão Curricular e de Apoio aos Docentes;
- c) A Área de Apoio ao 3.º ciclo.

3 — As Unidades referidas na alínea a) do número anterior organizam-se por Escola, nos seguintes termos:

- a) Unidade da Escola de Gestão que integra a Área de 1.º ciclo da Escola de Gestão e a Área de 2.º ciclo da Escola de Gestão;
- b) Unidade da Escola de Sociologia e Políticas Públicas e da Escola de Ciências Sociais e Humanas que integra o 1.º ciclo das duas escolas, a Área de 2.º ciclo da Escola de Sociologia e Políticas Públicas e a Área de 2.º ciclo da Escola de Ciências Sociais e Humanas;
- c) Unidade da Escola de Tecnologias e Arquitetura que integra o 1.º e 2.º ciclo desta escola.

Artigo 22.º

Serviços de Infraestruturas Informáticas e de Comunicações

1 — Aos Serviços de Infraestruturas Informáticas e de Comunicações compete disponibilizar e assegurar a operacionalidade dos recursos informáticos e de comunicações em toda a comunidade ISCTE-IUL.

2 — Os Serviços de Infraestruturas Informáticas e de Comunicações compreendem a Unidade de Redes, Comunicações e Sistemas bem como o apoio ao utilizador.

Artigo 23.º

Unidade de Redes, Comunicações e Sistemas

A Unidade de Redes, Comunicações e Sistemas exerce as suas competências no domínio da gestão das redes informáticas e de comunicações.

Artigo 24.º

Serviços de Informação e Documentação

1 — Os Serviços de Informação e Documentação exercem as suas competências no domínio do acesso e utilização dos recursos bibliográficos e informativos necessários ao desempenho das funções de ensino, investigação, educação permanente e extensão cultural, da participação em redes e projetos de âmbito nacional e internacional que tenham como objetivos a promoção, utilização e difusão de informação científica e tecnológica, interna e externa, em acesso livre, da conceção e produção de materiais e recursos de informação para apoio ao ensino, aprendizagem e investigação e do desenvolvimento de iniciativas de formação de utilizadores no domínio da literacia de informação.

2 — Os Serviços de Informação e Documentação compreendem a Unidade de Informação e Formação e a Área de Biblioteconomia.

Artigo 25.º

Unidade de Informação e Formação

A Unidade de Informação e Formação, exerce as suas competências na área da difusão de informação, editorial, formação e informática, e tem por função a gestão e difusão de informação de apoio ao ensino e à investigação.

Artigo 26.º

Área de Biblioteconomia

A Área de Biblioteconomia, exerce as suas competências na área da análise documental, catalogação, fundos documentais e leitura e empréstimo, e tem por função acionar as tarefas e serviços de biblioteca.

CAPÍTULO VII

Recursos Humanos

Artigo 27.º

Serviços

1 — A programação e gestão das atividades dos Serviços e dos Gabinetes, a requisição dos recursos necessários e afetação do pessoal administrativo e técnico necessário ao funcionamento dos mesmos, situam-se no âmbito das competências dos dirigentes dos Serviços e dos Gabinetes em articulação com o Administrador ou com o Diretor-Coordenador.

2 — Na gestão das atividades anteriormente referidas devem os respetivos dirigentes, promover o pleno aproveitamento da capacidade instalada e a melhor articulação possível entre as várias unidades orgânicas.

Artigo 28.º

Dirigentes

1 — Os Serviços são dirigidos por um dirigente livremente contratado pelo Reitor nos termos do disposto no Regulamento para os cargos de direção intermédia do ISCTE-IUL, correspondendo a cargos de direção intermédia de 1.º grau.

2 — Os Gabinetes e as Unidades são coordenados por um dirigente livremente contratado pelo Reitor nos termos do disposto no Regulamento para os cargos de direção intermédia do ISCTE-IUL, correspondendo a cargos de direção intermédia de 2.º ou 3.º grau.

3 — As Áreas são coordenadas por um dirigente livremente contratado pelo Reitor nos termos do disposto no Regulamento para os cargos de direção intermédia do ISCTE-IUL, correspondendo a cargos de direção intermédia de 3.º ou 4.º grau.

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 29.º

Regime transição

1 — O pessoal dirigente que à data de entrada em vigor do presente Regulamento se encontra em exercício de funções dirigentes, e cujas unidades organizacionais não tenham sido objeto de reorganização, mantêm o estatuto que lhe deu origem terminando as respetivas comissões de serviço no seu termo.

2 — O pessoal dirigente que à data de entrada em vigor do presente Regulamento se encontre em exercício de funções dirigentes, e cujas unidades organizacionais tenham sido objeto de reorganização, transita para o serviço que lhe sucedeu, terminando as respetivas comissões de serviço no seu termo.

3 — O pessoal dirigente que à data de entrada em vigor do presente Regulamento se encontre em exercício de funções dirigentes, e cujas unidades organizacionais tenham sido extintas, cessam, nos termos da legislação em vigor, as respetivas comissões de serviço, com efeitos à data da entrada em vigor do presente Regulamento.

4 — A listagem dos Serviços, Gabinetes e Unidades referidos nos números anteriores do presente artigo, constam, respetivamente, dos Anexos ao presente Regulamento.

5 — São extintas, no prazo de cento e vinte (120) dias após a entrada em vigor do presente Regulamento, as Unidades Flexíveis criadas no âmbito do Despacho n.º 13540/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 163, de 23 de agosto.

Artigo 30.º

Norma revogatória

O presente Regulamento revoga o Despacho n.º 13540/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 163, de 23 de agosto e o Regulamento n.º 24/2015, publicado na 2.ª série do *Diário da República* N.º 15, de 22 de janeiro.

Artigo 31.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação no *Diário da República*.

Artigo 32.º

Revisão

O presente Regulamento poderá ser revisto sempre que se revele necessário, mediante proposta do Conselho de Gestão, a aprovar pelo Reitor.

ANEXO 1

Cargos e Unidades Organizacionais Não Reestruturadas

Administrador
Diretor-Coordenador
Gabinete de Apoio à Investigação
Gabinete de Estudos, Avaliação, Planeamento e Qualidade
Gabinete de Relações Internacionais
Serviços Financeiros, Patrimoniais e de Recursos Humanos
Serviços de Informação e Documentação
Unidade Financeira
Unidade Patrimonial e de Compras
Unidade de Edifícios e Recursos
Unidade de Recursos Humanos
Unidade de Redes, Comunicações e Sistemas
Unidade de Informação e Formação

ANEXO 2

Unidades Organizacionais Reestruturadas

Os dirigentes dos serviços:

Gabinete de Apoio à Reitoria
Gabinete de Inserção Profissional
Gabinete de Comunicação e Imagem
Serviços de Informática
Transitam para os seguintes serviços:
Gabinete de Apoio aos Órgãos Universitários
Gabinete de Career Services e Alumni
Gabinete de Comunicação e Multimédia
Serviços de Infraestruturas Informáticas e de Comunicações

ANEXO 3

Unidades Organizacionais Extintas

Serviços Académicos
Gabinete de Gestão Curricular
Unidade de Desenvolvimento

Unidade de Multimédia e Tecnologia Educativa
Unidade de Estudos Graduados
Unidade de Estudos Pós-Graduados de 2.º ciclo
Núcleos

208421792

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aviso n.º 2062/2015

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, no âmbito do procedimento concursal comum destinado ao recrutamento para ocupação de um posto de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico, do mapa de pessoal da Universidade de Coimbra, mediante a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado publicado sob o Aviso n.º 4452/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 01/04/2014, homologada por despacho Senhor Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Luís Filipe Martins Menezes, exarado a 23/01/2015, proferido por delegação de competências, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 1, de 02 de janeiro, através do Despacho n.º 16/2014, foi afixada nas instalações do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, do Centro de Serviços Comuns, da Administração desta Universidade, sitas no piso 1 do Edifício da Faculdade de Medicina, Polo I da Universidade de Coimbra, Rua Larga, 3004-504 Coimbra, e disponibilizada na página eletrónica deste serviço (url: www.uc.pt/drh).

Consideram-se ainda notificados do ato de homologação da lista de ordenação final, conforme estatuído nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e pela via prevista na alínea d), do n.º 3, do artigo 30.º do mesmo diploma legal, os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção.

06/02/2015. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Ana de Campos Cruz.

208422772

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Reitoria

Aviso n.º 2063/2015

Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal dos Serviços Partilhados da Universidade de Lisboa, para a Área de Compras e Aprovisionamento do Departamento de Património e Compras dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa.

Nos termos do disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por despacho autorizador do Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor António Cruz Serra, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções na Área de Compras e Aprovisionamento do Departamento de Património e Compras dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa.

1 — Tipo de concurso: o presente aviso reveste a forma de procedimento concursal comum, por inexistir reserva de recrutamento constituída, quer no próprio serviço, quer na ECCRC — Entidade Centralizada de Constituição de Reservas de Recrutamento, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril e verificada ainda a inexistência de candidatos em regime de requalificação, nos termos da Portaria 48/2014, de 26 de fevereiro, na sequência de procedimento